

• Política

CONSTITUINTE

Sarney considera "interessante" submeter a Carta a um plebiscito

por Edson Beú
de Brasília

O presidente José Sarney acha "interessante" a proposta de submeter toda a Constituição a um plebiscito nacional e, não, apenas, a questão do sistema de governo, hoje polarizada entre o presidencialismo, que ele defende, e o parlamentarismo, previsto no anteprojeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). "O governo acredita que não cabe levar a plebiscito apenas a proposta sobre sistema de governo, mas toda a Carta aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte", disse o secretário da Imprensa, Antônio Frota Neto.

"É uma idéia interessante", respondeu Sarney, ao ser indagado, ontem, pelo assessor sobre a proposta defendida por alguns governadores, por iniciativa de Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro. "Mas, por que só o sistema de governo e, não, toda a Carta?", reagiu o presidente, de acordo com o mesmo relato.

O secretário de Imprensa

disse que "o governo está acreditando muito no sucesso das negociações", para a Constituinte chegar a bom termo, com um texto de consenso. Apesar de o prazo para apresentação de emendas expirar-se hoje, Sarney ainda vê "muito espaço" para negociar os pontos mais polêmicos do anteprojeto de Cabral. O governo acha possível suas lideranças do Congresso Nacional entregarem as emendas até a meia-noite. Por isso, não cogita em alterar o cronograma da Constituinte, dilatando o prazo de entrega de emendas, como se especulou. "O presidente sabe que, em política, sempre se trabalha com prazos críticos", observou Frota.

O secretário de Imprensa explicou que "o governo não fechou questão sobre nenhum ponto do anteprojeto".

Asseguro que tudo está aberto a negociação até a meia-noite de hoje. Mas, sobre o sistema de governo, ressalva que Sarney só admite negociar em cima da proposta presidencialista.



José Sarney

Ontem pela manhã, os deputados Expedito Machado e Egidio Ferreira Lima, ambos do PMDB, saíram de uma audiência extra-agenda no Palácio do Planalto, sentindo uma grande disponibilidade do presidente para a negociação.

"Ele disse que não tem idéia fixa", contou Egidio, defensor de um parlamentarismo, onde o presidente da República possui um poder abrangente, a exemplo de Mário Soa-

res, em Portugal e François Mitterrand, na França. O presidente explicou ao deputado pernambucano que apenas queria ver aprovado "um sistema que funcione o País".

Anteontem à noite, Sarney recebeu, no Palácio da Alvorada, a direção do PFL e seus ministros. "Foi uma conversa proveitosa", segundo Frota. Na ocasião, ficou definitivamente afastada qualquer possibilidade de o partido e, particularmente, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, romper com a Aliança Democrática. O ministro Aureliano Chaves continua sendo uma peça-chave para o governo", garantiu o secretário.

Sarney embarca às sete da manhã de hoje para a cidade de Piquete (SP), onde inaugura uma fábrica de nitrocelulose e só retorna a Brasília às 14h45. Mas, não perderá tempo. Neste período, ele continuará negociando, a bordo do avião, através de sucessivos contatos telefônicos com as lideranças parlamentares, em Brasília, explica o assessor.

As propostas para negociação

por Andrew Greenlees
de Brasília

O debate sobre o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição entrou em sua fase mais intensa nas últimas horas.

Enquanto o presidente José Sarney mantinha contatos com alguns dos principais líderes do movimento parlamentarista, diversos constituintes redigiam emendas — presidencialistas, parlamentaristas e híbridas — que devem ser apresentadas até a meia-noite de hoje, para que sejam analisadas pelo relator Bernardo Cabral. A partir destas sugestões, ele decidirá se pretende modificar mecanismos da proposta parlamentarista que consta de seu texto.

Logo pela manhã, Sarney telefonou ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), parlamentarista histórico, e disse que gostaria de aprofundar a discussão sobre sistema de governo. Pouco depois, recebeu outro líder parlamentarista, o deputado

Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Tanto Arinos quanto Ferreira Lima viram a iniciativa do presidente como sinal de que o planalto está disposto a negociar uma solução.

Isso não impede, por outro lado, que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), porta-voz de Sarney no Congresso, tenham pronta uma emenda presidencialista, para o caso de não haver acordo. "A única maneira de enfrentar o parlamentarismo puro é com o presidencialismo puro", disse ontem, por exemplo, o líder do governo.

A proposta de Sant'Anna prevê maiores poderes para o Congresso, como o voto de censura a ministros e o direito de tomar conhecimento de todos os atos do governo. Prisco Viana admite, ainda, a hipótese de se examinar uma variante "mitigada", com a existência do primeiro-ministro, indicado pelo presidente. Mas o Planalto, adianta Viana, "não abre mão" da chefia do governo para o

presidente da República. O presidencialismo mitigado tem a simpatia do deputado Ulysses Guimarães. Seu principal assessor constitucional, o jurista Miguel Reale Júnior, inspirou uma emenda neste sentido. Ulysses certamente a incluirá no processo de negociação.

ESTRATEGIA DE ULYSSES

A estratégia de Ulysses consiste em convencer os parlamentaristas de que, neste momento, a variante mitigada serve melhor, pois fixa na Constituição princípios parlamentaristas que poderão ser desenvolvidos e aumentados com o tempo. E, além disso, pode conseguir a aprovação do Planalto.

"Estamos caminhando para a convergência", assegurava o deputado Egídio Ferreira Lima. Mas, a exemplo dos presidencialistas, também os defensores do parlamentarismo uniam-se em torno de uma proposta a ser entregue hoje pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), a principal divergência deste grupo em relação ao texto de Bernardo Cabral está no mecanismo de formação do governo. Os parlamentaristas defendem o princípio da "aprovação passiva", pelo qual a Câmara dos Deputados não é obrigada a se pronunciar sobre o nome indicado pelo presidente para primeiro-ministro. Neste caso, escolha é considerada válida e o primeiro-ministro terá prazo mínimo de seis meses antes que a Câmara possa aprovar voto de desconfiança.

A negociação entre as diversas correntes deverá continuar ao longo dos próximos dias. Isto porque a comissão de Sistematização começa a votar no próximo dia 10. Nesta fase, são necessários 47 dos 93 votos para se aprovar uma proposta. Depois, no plenário da Constituinte, o número passa a 280 dos 559 deputados e senadores. Pelo menos por enquanto, nenhuma das propostas isoladas atinge a maioria.

Covas critica "influência"

por Cecília Pires
de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, criticou ontem, denominando de "influência externa" sobre os trabalhos da Constituinte a recomendação do presidente Sarney a todos os seus ministros para que trabalhem pelo presidencialismo. Segundo Covas, a Assembleia Nacional Constituinte é soberana para decidir o tema. O líder pemedebista disse ainda não acreditar que a Constituinte será influenciada por pressões militares.

"Não excluo o presidente do rol dos brasileiros que podem opinar sobre os trabalhos da Constituinte, e manifestar sua posição a favor do presidencialismo. Ele avança, porém, quando engaja seus ministros no trabalho em prol desse sistema de governo. Embora a Assembleia Nacional Constituinte passe por toda a sociedade civil, ela é soberana para decidir."

Covas afirmou ainda que, embora Sarney seja "um homem do meu partido, sua opinião não vai ser decisiva para a formação da minha opinião. Em alguns aspectos, terei opinião diferente da dele. Em um deles, será certa esta divergência, como no tema do mandato, por exemplo". Covas manifestou-se ainda a favor do parlamentarismo como "o regime mais democrático".

O líder do PMDB acredita, também, que a Constituinte não será influenciada por pressões militares e não considerou interferência a fala do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, durante a reunião ministerial, "porque essa fala ocorreu num determinado contexto, onde se analisavam despesas do governo, e o ministro considerou que a emenda da anistia traria gastos extras". Discordou, porém, do ministro do Exército, quando ele afirmou que não via diferença na Constituinte a maioria que o presidente Sarney detém na casa. "Não estamos aqui para resolver problemas da Presidência, e sim para decidir a questão institucional do País."

Nem o País das Forças

PFL pede adiamento

por Zanoni Antunes
de Brasília

A cúpula do Partido da Frente Liberal (PFL), tendo à frente o seu presidente, senador Marco Maciel, foi ontem ao gabinete de trabalho do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, pedir que adie o prazo que termina hoje, à meia-noite, para apresentação de emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral. O presidente da Constituinte comprometeu-se com a cúpula pefelista a dar uma resposta hoje.

Após o encontro com o deputado Ulysses Guimarães, o senador Marco Maciel explicou que o seu partido pretende obter um prazo mais dilatado para que possa apreciar e analisar melhor o projeto de texto constitucional do deputado Bernardo Cabral. Sem fixar uma data, Maciel preferiu a expressão "tempo há-

bil" para definir o tempo que o seu partido necessitaria para discutir internamente o projeto.

Maciel disse também que o adiamento do prazo possibilitará maior entendimento na busca do consenso dos temas polêmicos. Para o senador, não se trata de adiar a data de promulgação da nova Carta Constitucional. "Se as matérias polêmicas forem bem encaminhadas, teremos uma agilidade maior em plenário", explicou Maciel.

O senador Marco Maciel defendeu ainda a necessidade de se fazer uma Constituinte sem interferência das questões conjunturais, como mandato presidencial e sistema de governo. Mas Maciel, no entanto, afirmou que a adoção do parlamentarismo não deixará o País imune a regimes ditatoriais. "Salazar foi ditador como primeiro-ministro em Portugal", concluiu o senador.

Armadas nem a anistia aos militares deverão constituir as questões mais polêmicas na Constituinte, na opinião do líder pemedebista.

Covas é favorável ao texto sobre o papel das Forças Armadas aprovado nas comissões, ao qual o relator da Comissão de Sistematização acrescentou uma frase que acaba subordinando a atuação militar aos poderes constituintes. Covas acha que se-

rá possível chegar a um consenso nesse ponto, bem como na questão da anistia.

"Outros pontos deverão criar polêmica e, provavelmente, serão decididos em votação, como a questão da duração do mandato presidencial, o sistema de governo, o voto distrital e, dentro da reforma agrária, a imissão de posse", afirmou Covas.

Durante todo o dia de ontem, Covas analisou o subs-

titutivo do relator com seus vice-líderes e os relatores das comissões e subcomissões, para propor aperfeiçoamento no texto. Ele calcula que desse trabalho poderão resultar perto de cem emendas. Covas foi informado, mais uma vez, sem esconder seu constrangimento, que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, realizou uma reunião na noite de segunda-feira, em sua residência, com as principais lideranças da Constituinte e o relator Bernardo Cabral, sem convidá-lo.

Para Simon, Assembleia deve decidir sistema

por Milton Wells
de Porto Alegre

O governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, reiterou ontem, em Esteio, onde despacha com seu secretário, que a Assembleia Constituinte é o único foro legal para decidir sobre o sistema de governo e mandato presidencial. Ele não quis examinar a proposta dos governadores Orestes Quécia, de São Paulo, e Pedro Ivo, de Santa Catarina, sobre a convocação de um plebiscito para a escolha da forma de governo para o País, e ale-

gou que a convenção nacional do PMDB recentemente decidiu que os respectivos temas não fazem parte dos princípios programáticos do partido, cabendo à Constituinte a responsabilidade pela escolha.

"Minha opinião é clara: sou pelos cinco anos de mandato para Sarney e o parlamentarismo para o próximo presidente", disse o governador. Ele acha que as pressões em favor do presidencialismo estão aumentando, o que poderá inviabilizar a aprovação do parlamentarismo pela Constituinte.